

— APOSTILA DO MÓDULO 7 - INTRODUÇÃO FINAL

PROJETO: EMPREGABILIDADE SOCIAL DA PESSOA SURDA

**Curso de Acessibilidade e os Princípios do SUS:
Formação Básica para Trabalhadores da Saúde**

Introdução Final



Acessibilidade e os princípios do SUS

Sumário

— INTRODUÇÃO	3
— ALGUMAS PREMISSAS QUE ORIENTAM A EXECUÇÃO DO PROJETO	5
— O MÓDULO 7: ESTUDO DE CASO	10

01 Introdução

A Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, é uma instituição pública, estatal e estratégica no cenário nacional, comprometida na busca de melhoria nas condições de saúde e de vida da população. No âmbito internacional, favorece a colaboração e o intercâmbio com instituições de pesquisa, ensino, desenvolvimento tecnológico e prestações de serviços de saúde.

Conforme aprovado em seu VI Congresso Interno realizado em 2010, a missão da Fiocruz é: *“produzir, disseminar e compartilhar conhecimentos e tecnologias voltados para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e que contribuam para a promoção da saúde e da qualidade de vida da população brasileira, para a redução das desigualdades sociais e para a dinâmica nacional de inovação, tendo a defesa do direito à saúde e da cidadania ampla como valores centrais”*.

O compromisso social da Fiocruz passa pelo reconhecimento das diversidades sociais, sejam elas de origem étnico-racial, cultural, comportamental ou relacionadas a deficiências. Essas últimas, se tornam alvo de ações específicas no sentido de minimizar determinados preconceitos e mitos a elas implicados.

E é com esse animus que se apresenta o Projeto “Empregabilidade Social da Pessoa Surda”, em funcionamento na Fiocruz desde 1994, atualmente coordenado pela Coordenação de Cooperação Social da Presidência/Fiocruz em parceria com Centro de Vida Independente-CVI-Rio.

A Coordenação de Cooperação Social se norteia por referenciais de uma cultura institucional solidária e cooperativa e por uma concepção de ciência socialmente inclusiva, construídas com a participação permanente da sociedade civil. Sua motivação em participar desse projeto, é fazer valer suas bases e fundamentos políticos, teóricos e metodológicos de atuação junto aos setores e unidades da Fiocruz, no intuito de apoiar uma cultura institucional voltada para a elaboração e execução de projetos sociais; de conhecimento e de tecnologias que fortaleçam o desenvolvimento equânime e sustentável dos territórios e das pessoas vulnerabilizadas.

O CVI-Rio é uma associação civil de utilidade pública, sem fins lucrativos, fundada em 1988 e liderada por pessoas com deficiência, que tem como missão a mobilização da sociedade para uma visão inclusiva através do fortalecimento da pessoa com deficiência.

O objetivo do projeto é a inserção da pessoa surda no mercado de trabalho, junto as unidades da Fiocruz e/ou facilitando sua inserção no mercado formal de trabalho através do emprego apoiado; além de promover atividades de formação e capacitação no campus da Fiocruz.

Hoje o projeto conta com 106 trabalhadores surdos, que atuam em diversos setores da Fiocruz, executando atividades nas áreas hospitalares, de infraestrutura e administrativa.

02 Algumas premissas que orientam a execução do projeto

É preciso desmistificar o entendimento de que pessoas deficientes oneram o estado por improdutividade, sendo necessário a construção de mecanismos que viabilizem a garantia do acesso à pessoa com deficiência de forma inclusiva. Uma sociedade para ser considerada inclusiva, necessita reconhecer a diversidade e as diferenças dos seus entes, oferecendo, mecanismos, serviços e os instrumentos necessários à promoção dos ajustes viabilizadores do acesso.

Nesse sentido, a equipe do projeto, leva em conta todo e qualquer ajuste possível, que permita à pessoa surda alcançar satisfatório nível de autonomia e de independência na condução do seu trabalho. Para isso, é de sua responsabilidade, a elaboração de sub-projetos voltados às relações de trabalho, prevendo ações de acolhimento, treinamento e profissionalização do trabalhador surdo.

Esses sub-projetos, devem alicerçar-se nos fundamentos e diretrizes do Programa Nacional de Ações Afirmativas (Decreto nº 4.228, de 13/5/2002), onde predominam as opções para o desenvolvimento do emprego apoiado, isto é, aquele trabalho competitivo realizado em ambiente regular, para cuja execução pessoas que apresentam deficiências necessitam de serviços de suporte. Acreditamos que a pessoa com deficiência, se receber suporte adequado às suas necessidades, poderá desenvolver, em contrapartida, a necessária autonomia e independência que lhe permitirão participar de forma produtiva no mundo do trabalho.

Os sub-projetos devem, ainda, estar alinhados aos dispositivos legais de proteção ao segmento social das pessoas surdas, contidos na seguinte legislação:

- a) Lei nº 7.405, de 12/11/1985, que torna obrigatória a colocação do símbolo internacional de acesso em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiências, dentre outras providências;

- b) Lei nº 7.853, de 24/10/1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de deficiência - CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos
- c) dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências;
- d) Decreto nº 3.298, de 20/12/1999, que regulamenta a Lei nº 7.853/89 e que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências;
- e) Lei nº 8.160, de 8/1/1991, que dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva;
- f) Lei nº 10.048, de 8/11/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, dentre outras providências;
- g) Lei nº 10.098, de 19/12/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, dentre outras providências;
- h) Decreto nº 5.296, de 2/12/2004, que regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8/11/2000 (que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica) e Lei nº 10.098, de 19/12/2000 (que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, dentre outras providências);
- i) Lei nº 10.436, de 24/4/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais;
- j) Decreto 5.626, de 22/12/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24/4/2002 e que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e o artigo 18 da Lei nº 10.098, de 19/12/2000;
- k) Decreto nº 3.956, de 8/10/2001, que promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência;
- l) Decreto nº 6.039, de 7/2/2007, que aprova o Plano de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado em Instituições de Assistência às Pessoas com deficiência Auditiva;
- m) Decreto nº 6.215, de 26/9/2007, que estabelece o Compromisso pela Inclusão das Pessoas com Deficiência, com vistas à implementação de ações de inclusão das pessoas com deficiência, por parte da União Federal, em regime de cooperação com Municípios, Estados e Distrito Federal, institui o Comitê Gestor de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência -CGPD e dá outras providências (revogado pelo decreto nº 7612 de 2011) ;
- n) Portaria ME nº 1.679, de 2/12/1999, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições;
- o) Portaria MS nº 1.060, de 5/6/2002, que aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência;
- p) Portaria Ministerial MEC nº 3.284, de 7/11/2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para

- instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições;
- q) Portaria SEDH nº 170, de 20/12/2004, que torna público as normas relativas aos direitos das pessoas com deficiência;
- r) Portaria Normativa ME nº 11, de 9/8/2006, que institui o Programa Nacional para a Certificação de Proficiência em Libras e para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação de Libras-Língua Portuguesa-ProLibras;
- s) Portaria STL nº 3, de 7/5/2007, que institucionaliza o modelo de acessibilidade em governo eletrônico e MAG no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática – SISP;
- t) Instrução Normativa SG/PR nº 1, de 2/12/2005, que dispõe sobre a utilização dos recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência auditiva e visual;
- u) Convenção Contra Todas as Formas de Discriminação, da OEA; e
- v) As normas da ABNT sobre acessibilidade.

Vale destacar que o projeto ao longo dos 24 anos de existência tem apresentado bons resultados, como:

- desenvolvendo competências profissionais a pessoas surdas;
- promovendo integração social;
- fomentando autonomia e proatividade;
- estimulando a educação formal;
- aproximando ouvintes e surdos;
- promovendo cursos de introdução a Libras;
- facilitando a acessibilidade de comunicação em eventos e atividades da Fiocruz.

O Quadro 1 apresenta a Equipe do projeto e as responsabilidades de cada um.

Equipe do projeto		Responsabilidades
Coordenadora	integrante da Equipe de Suporte ao Projeto	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar sub-projetos de formação e de emprego apoiado; • Planejar atividades de formação e coordenar seu desenvolvimento; • Planejar metodologia/plano de ação de emprego apoiado e coordenar seu desenvolvimento; • Realizar a interlocução entre a coordenação geral do projeto e as unidades da Fiocruz onde estão alocados os trabalhadores surdos, a fim de estabelecer uma constante avaliação e planejamento de ações; • Fazer, junto a coordenação geral do projeto, a coordenação da equipe de suporte; • Criar e alimentar um banco de dados com documentos e informações referentes ao projeto; • Elaborar e aplicar uma metodologia de avaliação do projeto junto aos envolvidos (coordenação, supervisores, trabalhadores surdos e equipe de suporte); • Buscar parcerias com instituições públicas e privadas que atuem junto a pessoas surdas; • Participar de atividades realizadas na Fiocruz, voltadas para a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência;

Equipe do projeto		Responsabilidades
Intérprete de LIBRAS	integrante da Equipe de Suporte ao Projeto	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar o processo de recrutamento e seleção dos candidatos ao projeto social; • Acompanhar os novos trabalhadores surdos em até 90 dias após sua admissão no projeto verificando seu desempenho e adequação às atividades laborais; • Promover treinamentos que visem à inserção e integração qualitativa do trabalhador surdo no projeto; • Mediar a comunicação entre os supervisores e os trabalhadores surdos; • Facilitar o contato dos trabalhadores ouvintes com a cultura surda, através de ações de sensibilização, ambientação e integração; • Executar procedimentos junto aos trabalhadores surdos e seus supervisores, que visem promover a qualidade laboral; • Realizar, sempre que necessário, atendimento laboral e/ou psicológico, podendo ser este individual ou em grupo; • Realizar atividades educativas com os trabalhadores surdos que possam contribuir para o desenvolvimento de suas atividades laborais; • Acompanhar os trabalhadores surdos em seus locais de trabalho, verificando e atuando, quanto às questões emocionais que possam impactar no desenvolvimento de suas atividades laborais; • Realizar, sempre que a situação assim o exigir, visitas domiciliares para levantamento que demandem intervenção; • Realizar mediação com a família, de acordo com avaliação, para quaisquer questões e, se for o caso, motivá-la ao aprendizado de LIBRAS, quando detectadas situações de falta de entendimento e interação social que estejam interferindo no bem-estar do trabalhador surdo; • Permitir a construção de indicadores a partir de avaliação de desempenho profissional e social do trabalhador surdo; • Oferecer elementos para a construção de indicadores, a partir da auto-avaliação do trabalhador surdo e do seu supervisor imediato; • Formular relatórios informativos, descritivos, analíticos, de indicadores sociais e outros; • Produzir relatórios de atendimento psicológico; • Realizar parcerias com setores de psiquiatria da Fiocruz e de outras instituições; • Orientar e/ou acompanhar o trabalhador surdo em grupos de apoio, tais como de diabéticos, dando-lhe suporte laboral e emocional; • Participar, de acordo com a anuência da coordenação do projeto, de atividades realizadas na Fiocruz, voltadas para a acessibilidade da pessoa com deficiência;

Equipe do projeto		Responsabilidades
Assistente Social	integrante da Equipe de Suporte ao Projeto	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar o processo de recrutamento e seleção dos candidatos ao projeto social; • Atuar de forma proativa no acolhimento dos novos trabalhadores surdos no projeto; • Realizar visitas aos locais de trabalho do trabalhador surdo, visando o acompanhamento social, a partir de uma iniciativa preventiva; • Atuar no atendimento social individual e em grupo; • Realizar a mediação entre ouvintes e trabalhadores surdos, esclarecendo sobre a forma de comunicação, identidade e cultura surda, demonstrando suas especificidades; • Oferecer elementos para a construção de indicadores, a partir da auto-avaliação do trabalhador surdo e do seu supervisor imediato; • Analisar em equipe, juntamente com a supervisão imediata do trabalhador surdo, quando possível, sua progressão funcional no projeto; • Promover em equipe, ações de emprego apoiado, de acordo com as diretrizes estabelecidas no projeto; • Realizar, quando necessário, visitas domiciliares e institucionais; • Realizar mediação com a família, de acordo com a avaliação da equipe de suporte, para quaisquer questões e, se for o caso, motivá-la ao aprendizado de LIBRAS, quando detectadas situações de falta de entendimento e interação social que estejam interferindo no bem-estar do trabalhador surdo; • Promover pesquisas de realidade social para fins de estudos socioeconômicos e outros que permitam empreender ações votadas para a melhoria de qualidade de vida dos trabalhadores surdos do projeto social; • Executar procedimentos técnicos da área social, a exemplo de registro de atendimentos, informações de situações-problemas e respectiva apresentação de propostas de solução; • Formular relatórios sociais informativos, descritivos, analíticos, de indicadores sociais e outros; • Atuar no planejamento e organização de benefícios e serviços sociais; • Atuar no encaminhamento a instituições de direito social; • Orientar os trabalhadores surdos quanto ao exercício do direito à obtenção de passes livres em transportes, a exemplo do vale social; • Orientar e auxiliar nas marcações de exames de audiometria para os trabalhadores surdos nas instâncias da Fiocruz que oferecerem esse serviço ou em outras instituições públicas ou privadas; • Intermediar nas ações relativas aos contatos com a operadora do plano de saúde, nas marcações de consulta e pedidos de acompanhamento de intérprete de LIBRAS; • Controlar e acompanhar solicitações de intérpretes de LIBRAS feitas pelas unidades da Fiocruz para as atividades fins que envolvam a participação dos trabalhadores surdos; • Orientar a pedido do trabalhador surdo e/ou sua família, nas ações relativas a contatos com a operadora do seguro de vida; • Prestar orientação, quando do pedido de auxílio doença, comunicação de acidente de trabalho (CAT), pensão por morte e outros benefícios do INSS; • Acompanhar e orientar, nos casos de auxílio doença, o trabalhador surdo e/ou sua família, dando ciência a coordenação do projeto e supervisores, através de relatórios, sobre a situação de saúde do trabalhador; • Participar, de acordo com a anuência da coordenação do projeto, de atividades realizadas na Fiocruz, voltadas para a acessibilidade da pessoa com deficiência; • Divulgar atividades e/ou eventos acessíveis em LIBRAS realizados nas dependências da Fiocruz e de outras instituições para os trabalhadores surdos;
Intérprete de LIBRAS	integrante da Equipe de Suporte ao Projeto	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar as atividades de formação para os trabalhadores surdos, atuando na tradução para LIBRAS; • Atuar como intérprete de LIBRAS em eventos da Fiocruz e/ou em locais que serão firmadas parcerias, previamente aprovados pela coordenação do projeto; • Prestar apoio as ações de comunicação da Fiocruz que preveem a tradução em LIBRAS (acessibilidade web por exemplo); • Ministrar curso básico de LIBRAS para os supervisores dos trabalhadores surdos do projeto e/ou outros profissionais da Fiocruz que tiverem interesse em participar; • Acompanhar os trabalhadores surdos do projeto em consultas médicas e hospitalares quando necessário/possível e de acordo com a avaliação da equipe de supo.

03 O Módulo 7: Estudo de Caso

Sabe-se que o direito à comunicação não está dissociado da acessibilidade, e esta, se faz de acordo com a forma como a pessoa surda se comunica. Sendo assim, este módulo é baseado no projeto “Empregabilidade social para a pessoa surda” e apresenta algumas situações hipotéticas e alguns depoimentos de situações que podem permear a vida das pessoas surdas, algumas delas, decorrentes da falha na comunicação com os ouvintes.

Nos módulos anteriores, apresentamos vários desafios para a acessibilidade de pessoas surdas no campo da saúde. Seja em relação à conteúdos on-line não acessíveis, seja em relação aos materiais educativos em saúde que não são adaptados a este público, seja pelas barreiras de comunicação existentes nas unidades de saúde.

Neste módulo, buscamos mostrar na prática, com situações corriqueiras que podem ocorrer em diferentes ambientes de trabalho ou no atendimento em saúde, as barreiras encontradas pelos surdos seja para se sentirem incluídos no ambiente de trabalho, seja para serem atendidos com qualidade nos serviços de saúde.

Sendo assim abordaremos neste módulo:

- casos que podem acontecer em locais onde atuem profissionais da assistência social, em que seja necessário um apoio profissional às lacunas de comunicação e de informação sobre os direitos da pessoa com deficiência;
- casos onde a necessidade de atendimento psicológico se faz necessária, tentando evidenciar as singularidades no atendimento a uma pessoa surda.
- depoimento de uma pessoa surda que utiliza os serviços do SUS para seu filho, trazendo para a reflexão as barreiras que ele encontra nesse processo em decorrência da comunicação.
- relato da experiência de um curso de LIBRAS oferecido pelo Projeto para atendentes de uma unidade de saúde.

Esperamos que esse módulo possa servir para propiciar a reflexão sobre situações cotidianas que envolvam as pessoas surdas, refletindo numa melhora nos atendimentos a essas pessoas ou mesmo no convívio de maneira geral.

Bom estudo.

